ENTRE O FUTEBOL, O BAR E A REVOLUÇÃO O MOVIMENTO DOS GRUPOS DOS ONZE EM SANTA CATARINA

BETWEEN SOCCER, BAR AND REVOLUTION THE GROUP OF ELEVEN IN SANTA CATARINA

ENTRE EL FÚTBOL, EL BAR Y LA REVOLUCIÓN EL MOVIMIENTO DE LOS GRUPOS DE LOS ONCE EN SANTA CATARINA

Diego Pacheco(*)

Resumo: Este artigo pretende discutir como se deu a formação de alguns Grupos dos Onze em Santa Catarina no período entre 1961 e 1964. Através deles vamos compreender como esses grupos brizolistas atuaram e em que meios sociais se desenvolveram, mostrando suas formatações e a memória construída com base nos relatos referentes a essa organização trabalhista e nacionalista.

Palavras-chave: Grupos dos Onze, brizolismo, Golpe de 1964.

Abstract: This article intends to discuss the formation of some of the Groups of Eleven in Santa Catarina between 1961 and 1964. Through them we will be able to understand how this brizolist groups operated and in what social context they developed themselves, revealing their structures and the recollection of this nationalist labour organization.

Keywords: Group of eleven, brizolism, coup of 1964.

Resumen: Este artículo pretende discutir cómo se dio la formación de algunos Grupos de los Once en Santa Catarina en el periodo entre 1961 y 1964. A través de ellos vamos comprender como eses grupos brizolistas actuaron y en que medios sociales se desarrollaron, mostrando sus formateos y la memoria construida con base en los relatos referentes a esa organización laborista y nacionalista.

Palabras-clave: Grupos de los Once, brizolismo, Golpe de 1964.

* Doutorando em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC UFSC). Mestre em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012). Possui licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009). Tem experiência em História do Brasil republicano e História de Santa Catarina, especialmente nos temas: trabalhismo, brizolismo e esquerdas brasileiras. E-mail: diegopacheco.hst@gmail.com

No fim do ano de 1963 o Brasil passava por uma forte crise institucional e econômica que corroia as bases políticas e sociais do país. A crise de 1961 e o sucesso da resistência liderada pelo governador Leonel Brizola acenderam nas esquerdas a fé de que a pressão popular obrigaria a aprovação das reformas de base. Inspirados no sucesso da empreitada radiofônica de 1961, a ala compacta do PTB, aproveitando a retórica brizolista, promoveu a veiculação das falas de Brizola, todas as sextas-feiras, às 21h, em programas da rádio carioca Mayrink Veiga. Com o sucesso do programa, emissoras de diversos Estados se filiaram a rádio e formaram a chamada "Cadeia do Esclarecimento" (LEITE FILHO, 2008, p. 251). Os programas da Cadeia do Esclarecimento tinham como objetivo a elucidação, frente ao público em geral, de temas e problemas ligados à economia e a política nacional e internacional.

Brizola utilizou um expediente que fora importante na oposição ao golpe de 1961. A ligação direta do líder com as massas já se mostrara exitosa naquele episódio. Não era a primeira vez, portanto, que o rádio era utilizado dessa forma. O veículo foi essencial na formação e consolidação do próprio getulismo. Através de programas como a "Hora do Brasil" e a fala aos trabalhadores produzida pelo Ministro Marcondes Filho, as ideias e projetos para os trabalhadores eram disseminados diretamente para o operariado urbano (GOMES, 1994).

Através da Cadeia, Brizola conclamou a população a organizar-se em grupos de onze pessoas. A definição de onze membros se fez evocando-se a imagem simbólica de um time de futebol. O esporte mais popular do Brasil serviu como alegoria para a incorporação rápida, por parte da população, dos objetivos do grupo. Esses "times do povo" deveriam ter cada um, um "capitão" que lideraria os grupos com o objetivo de lutar pela manutenção democrática e pelas reformas de base.

A rádio não era o único veículo de comunicação brizolista. Em 1964, o semanário "*Panfleto*" cujo subtítulo era "*o jornal do homem de rua*" surgiu como a fonte de comunicação impressa dos grupos, além de mais um manancial de discurso brizolista. A popularidade do jornal foi rápida e com apenas sete edições já possuía uma tiragem de 200 mil exemplares (KUCINSKI, 2003, p.9).

Com *Panfleto*, os Grupos dos Onze passaram a ter um regimento próprio, documentado. Os Comandos Nacionalistas[1] começaram a ser esboçados no semanário e através de uma cartilha distribuída por todo o país. No documento em questão ficam mais claros os objetivos dos grupos: 1) Defesa das conquistas democráticas; 2) implantação imediata das reformas de base;

[1] Os Grupos dos onze companheiros também eram conhecidos como Comandos Nacionalistas. Na cartilha dos grupos, no item 1.8, os organizadores deixam a denominação em aberto, pedindo novas sugestões.

3) libertação nacional da espoliação internacional. (*O Panfleto*, Rio de Janeiro, n. 1, l7 fev. 1964, p. 14-1). Ou seja, os Grupos dos Onze surgiram com o receio de um golpe contra o governo legalmente constituído, ao mesmo tempo em que se constituíram como um instrumento para pressionar o executivo a aprovar e agilizar as tão solicitadas reformas de base.

Se considerarmos o PTB como o ventre dos Grupos dos Onze não conseguiremos avaliar com a devida atenção a formação dos Comandos Nacionalistas catarinenses. Os petebistas catarinenses sempre foram uma terceira força nos ditames partidários do estado. Sempre ligados ao PSD – em alguns casos até a UDN – os petebistas possuíam pouca influência nas áreas rurais e pouco alcance na capital catarinense. Porém, se flexionarmos a avaliação através de uma nova história política, perceberemos a ação de novos atores, pessoas que enxergavam a atuação política como uma estratégia viável para garantir e aprofundar suas conquistas sociais.

Em todo o estado catarinense identificamos mais de cento e dez pessoas que participaram dos grupos ou foram acusadas de participar. Um dado interessante, captado já na avaliação desse conjunto de pessoas são seus perfis profissionais. São trabalhadores essencialmente urbanos, em sua grande maioria, ligados a atividades urbanas. Com exceção de alguns militantes da cidade de Ituporanga, todas as pessoas relacionadas na pesquisa executavam funções laborais que podemos identificar como características das classes populares urbanas. São operários, consertadores, funcionários públicos, bancários, carteiros, barbeiros, açougueiros, telegrafistas, comerciantes, etc. Fica evidente, portanto, que, apesar da heterogeneidade das profissões, são todas ocupações que só se desenvolvem em locais com razoável concentração de pessoas, em grande parte funções relacionadas com a prestação de serviços.

A faixa etária dos participantes também é múltipla e demonstra as variações de propósitos dos grupos. Variando de dezessete a setenta e nove anos, as pessoas que se inscreveram nos grupos catarinenses tinham uma alta média de idade (em geral, mais de quarenta anos). Apesar de pouco conclusivo, esse dado serve para demonstrar que, em sua maioria, os membros dos Grupos dos Onze tiveram suas formações políticas durante o processo de criação do trabalhismo em nível nacional. Essa média etária evidencia que a maioria dos participantes cresceu durante o governo Vargas, tendo sua maturidade política formada basicamente no período ditatorial do ex-presidente.

Outro dado chama nossa atenção: Quando tratamos do perfil das pessoas envolvidas todos, sem uma única exceção, são homens. Esse corte de gênero na formação dos grupos merece uma boa discussão, algo que, por não ser o foco desta pesquisa, infelizmente não podermos desenvolver aqui. O tema requer um exame que avalie com maior propriedade essa questão. No entanto, podemos aventar algumas hipóteses sobre essa distinção. Uma

delas deve levar em consideração os espaços onde os grupos se desenvolveram. Veremos mais a frente que os grupos catarinenses se desenvolvem em locais que, na época, eram basicamente espaços de sociabilidades masculinos, locais em que a presença de mulheres era indesejada pela sociedade machista e matriarcal catarinense de meados do século XX. Nos bares e nos meios que discutiam o futebol a presença das mulheres era vista com desconfiança e como um ato que desqualificava as "boas características femininas". Porém, como já falamos isso é apenas uma hipótese que deve ser aprofundada por novos estudos.

Para conseguirmos entender como se deu a formação dos Grupos dos Onze em Santa Catarina, precisamos, inicialmente, viajar até a cidade de Imbituba, onde os exemplos são mais latentes. O caminho composto por noventa quilômetros, da capital de Santa Catarina até Imbituba, era feito, necessariamente, pela BR-59, rodovia de péssimo tráfego, que deixava a viagem até Imbituba cansativa e demorada. A cidade era pequena, mas muito movimentada devido ao porto, um dos principais do estado, ao lado do Porto de Itajaí. É no mar que a grande maioria dos moradores de Imbituba achava seu sustento, ao redor dele que circulava a economia da cidade.

Porém é em um botequim que focaremos nossa analise. O bar é um ambiente de discussão e de socialização. São neles que "se afogavam as mágoas da luta pela vida e se entorpeciam os corpos doloridos pelas horas seguidas do labor cotidiano" (CHALHOUB, 1986, p. 173). Trata-se de espaços de sociabilidade masculina, repletos de elementos que integravam o universo dos homens, como sinuca, bebidas, petiscos e futebol. Eram nos bares que, após um dia cansativo de labuta, os trabalhadores se encontravam e aproveitavam a descontração do ambiente para falar da vida cotidiana, de futebol, e frequentemente de política. Assim, por mais que os patrões vissem os bares como locais de baderna e desordem, eram neles que o trabalho e o lazer se imbricavam (SIQUEIRA, 2008, p. 102). Em Imbituba o "boteco" foi mais do que um local de descanso, ele serviu de espaço para discussão política e para a arregimentação de pessoas que formaram um dos grupos dos onze. Lá a fonte de motivação principal para a formação dos grupos foram os programas radiofônicos da Mayrink Veiga, e o radialista Manoel de Oliveira Martins um dos seus principais líderes. (IPM 230/64) [2]

No botequim, aproveitando a discussão sobre os acontecimentos do país e vendo que suas ideias e projetos eram comuns, sete homens decidiram marcar uma reunião no dia seguinte, um domingo, às dez da manhã, na casa do senhor Eloi Figueiredo, pai de um dos homens, o bancário Antonio Alves de Figueiredo. (IPM 230/64) Antonio era, na época, representante sindical dos Bancários, vinculado a agência de Imbituba do Banco Inco. (Processo 2001.01.04990 da CA do MJ.) Aqui verificamos um ponto de

[2] Encontrado no processo 2001.01.04918 da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

conexão com a formação de outro grupo. Devemos, nesse caso, voltar para estrada. Vamos a Laguna.

Laguna também era uma cidade portuária. Para que chegássemos a ela deveríamos voltar para a BR-59 e viajar cerca de trinta e cinco quilômetros na direção sul. O porto não tinha o movimento tão intenso quanto o de Imbituba. Seus funcionários, devido ao tempo que ficavam sem atividades, tinham que completar suas rendas com a pescaria. Mas novamente não é "do mar" que surge a ideia de formação dos grupos brizolistas. Assim como Imbituba, Laguna possuía uma agência do Banco Inco[3] e foi nela que mais grupos dos Onze foram formados. A fonte de motivação lá foi diferente. Dessa vez não foi através da rádio que as pessoas foram arregimentadas, outro veículo funcionou, o jornal.

Benjamim Luiz Nicolazzi, funcionário do Banco Inco, recebia suas revistas e seus jornais direto de Porto Alegre, através de seu filho. Em Laguna, as fontes de informações impressas eram escassas e essa busca de informativos em outras cidades era um costume comum. Partindo das informações contidas no Inquérito policial Militar disponível em seu processo na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e de seus depoimentos, verificamos que Benjamim Luiz Nicolazzi teve acesso as informações sobre os Grupos dos Onze através do semanário *Panfleto*, que, como já vimos, foi um dos principais meios de comunicação dos grupos reformistas radicais. (Processo 2001.01.04990 da CA do MJ)

Junto a diversas outras revistas e jornais, o *Panfleto*, vindo de Porto Alegre, trazia todas as informações necessárias para a formação dos grupos, mas Benjamim não fez nada sozinho. Foi durante um dia de trabalho que ele, conversando com outro colega de labuta, o também bancário Aurélio Schneider, definiu-se por formar grupos dos Onze. Nicolazzi e Schneider não formaram apenas um, chegaram à conclusão que era necessário formar dois grupos. Foi dentro do Banco Inco que ambos montaram duas atas datilografas, seguindo o modelo disponível no *Panfleto*, e partiram para a formação dos Comandos Nacionalistas. Aqui é interessante notar a forma encontrada para a arregimentação. Em uma das atas colocaram seus nomes e, de dentro do banco, começaram a conversar com outras pessoas, muitas delas clientes, que, compreendendo a situação nacional e comungando das mesmas ideias e projetos políticos assinaram as atas.

> De duas listas datilografadas no Banco INCO, uma delas já contando com as assinaturas do Sr. NICOLAZZI e de AURÉLIO,

[3] Segundo Evaldo Pauli, o Banco INCO surgiu em 1935 sob as lideranças de Irineu Bornhausen e Otto Renaux. No início da década de 1960, com sede em Itajaí, o banco possuía 103 agencias espalhadas por todo o estado de Santa Catarina e ainda sedes no Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1968, foi adquirido pelo Banco Brasileiro de Descontos (BRADESCO), com sede em São Paulo.

> foi entregue ao Sr. ANTONIO DUARTE. Este, no próprio banco, após o pedido de AURÉLIO, não só assinou, como também levou a lista para a casa comercial de propriedade da família Duarte, e aí, assinaram todos seus filhos, além de pessoas de suas relações que se encontravam no local ou por ele passavam.('A-GRUPOS DOS ONZE'. IPM 230/64)[4]

Vemos que a primeira lista deixou de ser responsabilidade dos bancários, passando para as mãos do comerciante Antônio Duarte, um senhor com 65 anos de idade, cego de um olho e com dificuldades de se locomover, conhecido dos bancários. Este fez algo que foi comum em outras partes do Brasil, conversou com seus filhos, inscrevendo todos, inclusive seu filho menor de idade, na época com 16 anos, na ata de formação. Trabalhos como a da historiadora Marli Baldissera nos indica que, em alguns casos, filhos ainda crianças eram inscritos nos grupos, por pura simpatia dos pais com as causas defendidas por Leonel Brizola (BALDISSERA, 2005).

A conversa dentro do banco fez com que o aposentado Mario Gonçalves da Silva encabeçasse o segundo grupo de Laguna, que, por sua vez, deixou com os portuários Ataíde e Sebastião a tarefa de agregar novos membros. Não parece ter sido difícil, antes mesmo de o primeiro grupo lagunense enviar, já se achava sob o registro 2267 do dia 3 de março de 1964 o envio da ata de formação do segundo grupo de Laguna para Leonel Brizola na Rádio Mayrink Veiga. O grupo do senhor Antonio enviou sua ata somente no dia 07 de março. (Registro nº 2470 de 7/III/64)

Se retornarmos a Imbituba veremos certa diferenciação na formação dos grupos, principalmente se comparados com os últimos exemplos. Apesar da aparente coincidência com funcionários do Banco INCO naquela cidade, os idealizadores, que haviam recebido a informação dos grupos através da Rádio, configuraram sua ata através de uma reunião conjunta, realizada no domingo, um dia depois do encontro "casual" no bar. Segundo o IPM "entre o final de fevereiro e início de março" de 1964.

Percebemos, através dos depoimentos e do inquérito, que nesse primeiro encontro já estavam presentes oito membros do grupo. Segundo o próprio Capitão Carlos Augusto Caminha, responsável pelo IPM, os outros três réus assinaram a ata por "coleguismo". Ari Sanceveriano, um dos três citados pelo capitão Caminha, afirmou, em depoimento a própria Comissão de Anistia, que assinou as atas de Grupos dos Onze por "defender a reforma agrária". (Processo 2001.01.04918 da CA do MJ).

Ainda com relação ao grupo de Imbituba é interessante notar que na única reunião realizada, após a ata ser datilografada pelo radialista Manoel de Oliveira Martins, foi feita uma coleta para a juntada de recursos financeiros que teriam o mesmo destino da ata de formação. O valor arrecadado chegou

[4] Encontrado no processo 2001.01.04918 da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

a Cr$ 13.000,00 (treze mil cruzeiros), quantia essa que logo após o envio foi cancelada.[5] Outro caso semelhante ocorreu com o senhor Manoel Esaú Santana. O mesmo inquérito aponta o maquinista como sendo responsável pelo envio de uma razoável quantia de dinheiro para a Rádio Mayrink Veiga.

Segundo Caminha, "a remessa de numerário foi feita em virtude do apelo da Rádio Mayrink Veiga, a fim de que a mesma pudesse saldar dívidas junto ao banco do Brasil e Ministério da Viação e Obras Públicas". ('A-GRUPOS DOS ONZE'. IPM 230/64) Tal fato se confirma quando lembramos que em Imbituba a fonte principal para a formação dos grupos era a própria rádio Mayrink Veiga. Não podemos confirmar tal solicitação, os programas que tratavam desses assuntos estão, até o momento, inacessíveis.

Mas não é o bar o único ambiente de socialização em que os grupos se desenvolvem. Vimos que a ideia surgiu com um grande apelo futebolístico. A proposta de formação de grupos com onze pessoas foi por si só um convite que merece nossa atenção. Por que o futebol? A estratégia de utilização do futebol como instrumento de mobilização política surtiu efeito? Um grupo em particular pode nos ajudar a esclarecer essas dúvidas, o de Ituporanga.

Sabemos que a utilização do futebol na política não foi algo novo. A sociedade moderna com a industrialização, a urbanização e com a mobilidade social e geográfica tende a destruir laços de identidade social. O esporte, e o futebol em particular, pode amenizar esses danos sociais realocando, redefinindo novas identidades (GIULIANOTTI, 2002, p. 31). Esses novos agrupamentos identitários podem gerar mobilizações políticas e sociais que em grande medida tem poder de interferência na sociedade. Assim, usando as palavras de Ernesto "Che" Guevara, o futebol ultrapassa as fronteiras do esporte, não é apenas um simples jogo, é "uma arma da revolução" (FRANCO JUNIOR, 2007, p.169).

A percepção de que esse esporte tem profunda capacidade de mobilização pode ser identificada em diversas partes do mundo, nos mais diferentes contextos históricos. Desde 1914 o monarca entrega pessoalmente o troféu da Copa da Inglaterra, a mesma coisa faz o presidente da França desde 1927. Na Espanha se modifica o nome da competição de acordo com o regime político do país.[6] No Brasil não é diferente. Leonardo Pereira descreve bem a percepção do então presidente Getúlio Vargas após a Copa do Mundo de 1938 sobre a capacidade desse esporte de "influenciar o espírito

[5] Podemos ter uma noção do real valor financeiro levando em consideração que um jornal impresso custava na época Cr$10.

[6] "Na Espanha, a competição do mesmo tipo teve sua nomenclatura mudada de acordo com a forma de governo: foi Copa do Rei (1902-30), tornou-se Copa do Presidente da República (1931-6), depois Copa do Generalíssimo (1939-75), voltou a ser Copa do Rei a partir da redemocratização do país." IPM 230/64, encontrado no processo 2001.01.04918 da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, p.168.

público". Depois disso, rotineiramente, o governo Vargas procurou meios de articular o futebol ao projeto ideológico do recém instaurado Estado Novo (PEREIRA, 2007, p. 207).

Assim como os times de futebol, todos os grupos deveriam ter um "capitão", formando um importante agrupamento simbólico que aproximava o projeto político brizolista com uma gama de analogias de conteúdo bélico, já apropriados pelo esporte bretão. Mas não era apenas nos nomes que Brizola inspirava-se, a tática e as especificidades do jogo também eram absorvidas na ideia das ações dos grupos.

> Todos sabem que um time de futebol é composto de onze integrantes, cada um com suas funções específicas e, dentre eles, um é escolhido para capitão ou comandante da equipe; todos sabem, neste caso, deve haver uma ação coordenada entre todos e que a equipe pouco significa se cada um de seus integrantes age por si, isoladamente, sem comando, sem unidade de conjunto, sem adequada combinação entre todos. (IPM 230/64, encontrado no processo 2001.01.04918 da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, p.168).

Brizola de certa forma teve sucesso em sua aproximação com o esporte. Em Ituporanga verificamos um caso que teve uma relação muito particular com o futebol. Aqui veremos como o futebol serviu para aproximar trabalhadores em torno das ações propostas pelo então deputado pelo estado da Guanabara.

Nossa viagem até Ituporanga deve ser em direção ao oeste do estado, pela estrada responsável pelo trajeto entre a Capital e Lages. Quando chegássemos Alfredo Wagner pagaríamos outro caminho, que vencido por cerca de cinquenta quilômetros levar-nos-ia a cidade. Na época Ituporanga era uma cidade relativamente nova, adquiriu esse status somente em 1948, quando se emancipou de Alfredo Wagner. Talvez seja uma das poucas cidades pesquisadas em que a economia seja quase que exclusivamente agrícola. A cebola já era, durante o período estudado, a maior indústria da cidade, que hoje é conhecida como a "capital nacional da cebola". É nela que vamos encontrar mais um grupo.

> Como vimos o futebol foi apropriado por Brizola durante a idealização dos grupos devido ao seu altíssimo poder de socialização entre os trabalhadores. Em Ituporanga, a estratégia brizolista que anexava política e futebol foi especialmente eficaz. Foi através da Rádio Mayrink Veiga que o radialista e funcionário do Instituto Nacional do Pinho Alexandre José Fernandes projetou o Grupo dos Onze da cidade. Na rádio Mirador Fernandes ancorava um programa no qual falava aos trabalhadores sobre os problemas trabalhistas e sobre a situação política nacional.(IPM 276/64, disponível no processo 2002.01.09816 da CA do MJ).

Foi no clube de futebol que a ideia de formar um grupo dos onze em Ituporanga se consolidou. Foi através desse ambiente de socialização, entre as partidas e as conversas sobre o esporte, entre as cervejas e o debate político que Alexandre, também presidente do diretório municipal do PTB, arregimentou dez homens para a formação do grupo.

O futebol poderia ser considerado como a essência das reuniões entre essas pessoas. Nos depoimentos não é difícil encontrar referencias ao esporte e a sua ligação com a natureza da organização política então formada no início de janeiro de 1964. Dioli Beza, um dos onze ituporanguenses brizolistas, chegou a afirmar, evidentemente com grande teor de defesa, que "pelos idos de 1964 ele e diversas outras pessoas integravam o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, liderado à época por Leonel Brizola, mas na verdade eram mais ligados a futebol do que a política".(Processo 2002.01.09816 da CA do MJ.)

Ainda nesse sentido, o alfaiate Teófilo Laurindo afirmou que "o Grupo dos 11 apenas defendia suas ideias políticas, mas não era subversivo. Não lideravam qualquer movimento de subversão, vez que, falavam mais de futebol do que dos problemas políticos". (Processo 2001.01.05628 da CA do MJ.) As discussões sobre futebol eram frequentes, porém as discussões políticas não só aconteciam como incomodavam os líderes políticos da cidade.

A muito clara utilização do futebol como pretexto para a participação política perante as autoridades policiais tem que ser levada em conta. A lista do grupo chegou até a polícia local sob o intermédio do prefeito João Carlos Thiesen apoiado por outras importantes figuras da cidade como o padre conservador Frei Bonner. O grupo dos onze de Ituporanga nos permite verificar que a utilização da retórica que unia futebol e política atingiu diversas pessoas que, além de compartilhar das ideias reformistas de Brizola, discutiam e praticavam o futebol nos seus momentos de lazer utilizando-o como escudo para os momentos de repressão que se seguiram.

Na cartilha que norteava a formação dos grupos pelo país, verificamos uma orientação por formar grupos das mais variadas formas, "junto aos seus companheiros e amigos, a sua vizinhança (em primeiro lugar), a fábrica, o escritório, o rincão onde vive, pelas lavouras e pelos campos", ou seja, a proposta era abarcar uma gama de setores da sociedade que pudesse montar, um "edifício de concreto da organização popular", nas palavras da própria cartilha. Nos casos catarinense, como ficou evidenciado, os grupos formaram-se através do senso de pertencimento a uma comunidade, que em muitos casos foi a vizinhança. Porém, os ambientes de lazer, que não foram levados em conta pelos idealizadores, foram, sem dúvida, os mais importantes nas formações dos grupos em Santa Catarina. A hora de lazer, ou a hora de folga, eram, também, momentos nos quais os trabalhadores poderiam

discutir política com seus iguais. Nos local de trabalho, nas idas ao banco, ao barbeiro, ou mesmo ao campo de futebol ou ao bar, eram para muitas pessoas comuns os momentos propício para a atuação política.

Assim, podemos perceber que as formações dos grupos se dão além da orientação da cartilha. Além da constituição do movimento dentro dos locais de trabalho vemos que espaços de lazer também servem como locais de desenvolvimento das ações políticas, e, assim, um espaço onde através das discussões e dos debates as pessoas organizam-se e mobilizam-se em favor de seus ideais.

Não foram poucos os casos localizados em que pessoas foram presas sem ao menos saber o que significavam os grupos. Adversários políticos, vizinhos desafetos e até mesmo familiares "desajustados" eram denunciados como participantes dos grupos para que de alguma forma fossem punidos por ações consideradas errôneas ou eliminados das disputas políticas ou ainda comunitárias. A grande quantidade de acusações sobre membros dos grupos surgiu diretamente da ideia coletiva de que os grupos eram, de forma geral, desorganizados e que, assim, não havia há necessidade de apresentar documentos ou registros que comprovassem os envolvimentos. A onda de denúncias era tamanha que em menos de um mês após o golpe o comandante do 5º Distrito Naval proibiu as denúncias anônimas, exigindo que todas elas passassem a ser direcionadas direto ao seu comando, por escrito e assinadas pelos autores. (Processo 2001.01.05628 da CA do MJ). Dessa forma, não conseguimos confirmar o pertencimento de um grande número de pessoas nos grupos, pelo contrário, muitos demonstraram desconhecimento e, quando presos na época, evidenciaram revolta com a situação.

Um caso emblemático e que representa acusações muito comuns quando tratamos dos políticos petebistas no período é verificado em Xanxerê, uma cidade catarinense do extremo oeste catarinense, localizada a mais de quinhentos quilômetros da capital. João Vitelmo Marques, funcionário do Ministério do Trabalho e filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro, foi preso em abril de 1964, juntamente com outros sete homens, acusados por membros da UDN da cidade de pertencer ao Grupo dos Onze de Xanxerê.

> Fui torturado. Batiam em nós, Deus me livre... de chicote, socos, pauladas...Te interrogavam todo dia, levavam você ali e eles batiam. Iam dizendo isso e dizendo aquilo, para eu assinar... Não, eu vou ler. Não assino porque eu não disse isso. Aí batiam e xingavam... vagabundo, filho da p... cornudo, sem-vergonha... rasgavam e fincavam na nossa cara. Era tortura física e psicológica. Tudo que podiam fazer de ignorância, faziam. Nós fomos presos por pressões de grupos econômicos de Xanxerê e de Xaxim. (MARQUES FILHO, João Vitelmo. Entrevista concedida a Romeu Sicrea Filho.)

O funcionário público xanxereense nunca participou de nenhuma formação dos grupos dos onze, na realidade mal sabia do que se tratava. Ele acabou ficando meses na cadeia e, mais tarde, ainda foi acusado pela comunidade de ter ido para Cuba, fazer treinamento de guerrilheiro com Fidel Castro. Acabou mudando de residência para encerrar os boatos. Mas o caso de Vitelmo não é único. Em outras localidades do Estado os membros dos grupos não eram vistos apenas como adversários pelos membros dos partidos conservadores, em alguns casos a acusação de participante do movimento advinha da própria esquerda.

Porém não devemos entender a negativa como um fator que possa excluir os depoentes da participação no movimento. Em muitos casos, a negação pode ser resultado de ressentimentos, de arrependimentos e até mesmo uma forma de apagar o passado. Além disso, na época, com as seqüentes prisões e torturas, a negação era a única forma de escapar dos malogrados porões da ditadura. O pior é quando as denuncias e problemas bem particulares se juntam, como no caso de um estivador, relatado por Salim Miguel, que fora acusado pela sogra e pelo vizinho de pertencer ao grupo dos onze de Jaraguá do Sul. Em conversa com outros presos o detento apresenta possivelmente a mesma defesa que utilizou perante os policiais:

> Nunca deixei minha família mal, mentira daquela velha bruxa, ela aproveitou a onda de delação e foi me denunciar, levando como testemunha o vizinho aquele. Que eu queria comer a mulher dele, queria, ela se arreganhava pra mim, uma peitama, uns coxões, ele devia ser broxa, não dava conta do fogo da danada. Juraram pro delegado que eu participava de um Grupo dos 11. Nem sei ainda hoje o que é isso (MIGUEL, 1994, p.93)

Se o estivador realmente "pulou a cerca" não saberemos, porém mais a frente o portuário confessa aos outros detentos sua participação nos grupos, deixando apenas nosso questionamento sobre o método que o mesmo encontrou para defender-se.

A prisão e os resultados das perseguições são marcas que, assim como vários outros membros das esquerdas, os militantes brizolistas levam consigo por toda a vida. Em muitos casos, para não falarmos em uma maioria, as pessoas que encontramos simplesmente não falam sobre o assunto há décadas, e muitos ainda não se sentem a vontade para tratar publicamente do assunto.

Através do levantamento que fizemos, entre todas as pessoas que pesquisamos mais de oitenta por cento se afastaram completamente da atividade política após a prisão ocorrida em geral em 1964. Eram trabalhadores, que em muitos casos não tinham a menor noção do que seria uma perseguição ou prisão política e posteriormente o que aconteceria na sua relação com a comunidade. Podemos listar alguns casos que são ilustrativos. O primeiro

é dos filhos do Sr. Antonio Duarte, do Grupo de Laguna. Os três irmãos envolvidos nos Grupos dos Onze possuíam na época um comercio que se chamava "Irmãos Duarte" e com a participação no movimento brizolista passaram a ter frequentes prejuízos financeiros a ponto de serem obrigados a fechar o estabelecimento. (Processo 2001.01.04917 da CA do MJ.) Em seguida, motivado por vários problemas psicológicos derivados da prisão, da perseguição e dos consequentes problemas financeiros o irmão mais novo, Giovani Duarte comete suicídio. (Processo 2001.01.04917 da CA do MJ).

Sempre quando procurados para conversar sobre suas participações no movimento os irmãos Jurandir e Jairo Duarte se recusam. Em outro caso, após nossa ligação telefônica, um dos membros do grupo formado nos Correios de Florianópolis, quando perguntado sobre sua atuação nos grupos não segurou a emoção e acabou chorando, desligando o telefone em seguida e impedindo qualquer nova conversação. São episódios em que os traços do passado quando evocados produzem sentimentos poderosos (THOMPSON, 1992, p.205). Esses casos são exemplares, na maioria dos contatos que tentamos estabelecer com antigas vítimas da repressão ao movimento brizolista. Quando tentamos conversar com os participantes, o que temos de retorno é uma resposta simples e ao mesmo tempo repleta de significados: o silêncio.

Quando vamos atrás de depoimentos normalmente não levamos em conta um atributo importante da reconstrução da memória, ao saber, o próprio esquecimento. Ao buscarmos lembranças de determinados sujeitos estamos forçando uma recordação que muitas vezes quer ser apagada. Em muitos casos, o sofrimento narrado pode significar um afastamento das lembranças, porém o esquecimento produzido pelo silêncio tem uma função social, a de garantir a identidade coletiva, superar os ressentimentos (TEDESCO, 2004, p. 123).

Quando realizadas as entrevistas, os ressentimentos de alguns depoentes refletem diretamente no andamento das conversas, deixando o ambiente tenso e por vezes agressivo. É o caso do depoimento do senhor Gerson Jurandir da Silva, de 72 anos, natural de Campos Novos, telegrafista e membro do Grupo dos Onze de Herval do Oeste, também no extremo oeste catarinense. A revolta que Gerson expressa com relação aos líderes revela uma desconfiança comum em quase todas as entrevistas.

> *Ai então o negócio desenrolou e o Brizola se borrou. Ele tinha força de parar qualquer força armada, era só não deixar sair de casa, mas ele se borrou, fugiu nos deixou na ilha da amargura...[...]A* maior decepção que Brizola nos trouxe, isso acho que encerra nossa entrevista, é que depois do exílio ele voltou belo e formoso, se reelegeu e não perguntou pra ninguém do Grupo dos Onze se precisava de alguma coisa, ele, se não me engano, fizeram lavagem cerebral. Fizeram ele esquecer tudo e isso é vergonhoso para um homem

> que queria ser estadista como ele.[Grifo nosso] (SOUZA, Gérson Jurandir. Entrevista concedida ao autor em Florianópolis no dia 20 de março de 2009.)

A fala de Gerson de Souza evidencia como muitos membros dos grupos interpretaram o desenrolar dos fatos após 1964. Brizola passou a ser visto por muitos como um político covarde, uma pessoa diferente, ou até o resultado de uma "lavagem cerebral" feita pelos militares ou pelos estadunidenses no período em que o ex-deputado esteve exilado nos Estados Unidos da América.(SOUZA, Gérson Jurandir. Entrevista concedida ao autor em Florianópolis no dia 20 de março de 2009.) Algo muito próximo da caricatura de Brizola formada pelos comandantes do Regime, como expressa o ex-ministro e admirador do movimento militar de 1964, Armando Falcão:

> Brizola é um homem inorgânico, fluido e inconsistente. Não dispõe de estabilidade interior fixa, coerente e inteiriça. [...] volubilidade do seu caráter de gelatina, agregada a uma ambição pessoal desvairada, dele faz o indivíduo inesperado, imprevisível e supreendente, que hoje é um e amanhã outro, diametralmente oposto. (...) seu pêndulo psicológico oscila muito mais para o pólo do mal do que para o pólo do bem (FALCÃO, 1989, p.205).

Os ressentimentos foram alimentados durante muito tempo pelo resultado construído por essas "batalhas de memória", como citou o professor Daniel Aarão, batalhas ocorridas já no momento do golpe e que são redefinidas pela força do Estado que desde a "Revolução Restauradora" montou sua estratégia legitimadora em cima de um tabuleiro sem peças adversárias.

Essas pelejas da memória são disputadas das mais diferentes formas, pelos mais diferentes campos em disputa. A noção de populismo, por exemplo, serviu para as esquerdas como uma ferramenta teórica que explicava de modo satisfatório os motivos que as levaram para a derrocada durante o governo Jango. Recentemente, após a reabertura política, os trabalhistas também tiveram a oportunidade de refundar seus programas e seus partidos balizados em reconstruções de mitos e na defesa de bandeiras que na época não eram consideradas de fato tão importantes, como, por exemplo, a democracia liberal do período. Os líderes do movimento também retornam ao período reconstruindo as ideias formuladas até então. Brizola, por exemplo, em seus discursos, retira todo o reformismo radical atribuído aos comandos, deixando a luta pela democracia como o aspecto principal dos grupos. Para ele "o Grupo dos Onze foi uma tentativa desesperada de desenvolver a organização para a resistência ao golpe" (MORAES, 1989, p.353). O ex-deputado que estava prestes a tornar-se governador do estado do Rio de Janeiro foi mais longe, "meu erro foi não chamar o Grupo dos Onze de 'clubes de defesa da democracia'. Não tinham armas, não eram milícias (...)

tentei formá-los a fim de arregimentar a sociedade civil contra o golpe de Estado." (BANDEIRA, 1979, p. 199). Logo depois, após perder a sigla do PTB para Ivete Vargas, Brizola funda um novo partido trabalhista e o chama de Partido *Democrático* Trabalhista (PDT), oficializando a resignificação de sua facção no período que antecedeu ao golpe de Estado.

Os setores militares que assumiram as rédeas do país após a "revolução" também utilizaram esse expediente produzindo para isso uma memória muito pautada nas investigações que "pipocaram" após o golpe e, ainda hoje, algumas dessas "provas" são utilizadas para justificar um processo contrarrevolucionário levado a cabo em abril de 1964.

Tivemos acesso a um desses documentos através de uma repórter da CBN do Rio de Janeiro. Escrita pela jornalista Mariza Tavares, a matéria chamada "Memória 1964 - O dossiê do braço armado de Brizola" utilizou um suposto manual de atuação e formação dos Grupos dos Onze que, mantido sobre sigilo pelas forças militares, chegou até a redação do jornal de uma forma que consideramos, no mínimo, suspeita. (TAVAREZ, 2011)

> Este é o documento a que me referi. O Exército não sabe que este dossiê ainda existe, porque foi dada uma ordem para que fosse destruído." Este era o texto do curto bilhete que acompanhava o pacote que recebi pelo correio, enviado por uma ouvinte fiel da CBN. Dentro, um calhamaço de 64 páginas já amareladas, no qual chamava atenção o carimbo no alto, em letras garrafais: SECRETO. A ditadura militar brasileira incinerou regularmente documentos sigilosos. Este dossiê estava em poder de um militar que preferiu desobedecer à ordem e decidiu guardar os papéis em casa.

É assim que a matéria se apresenta e é assim que a documentação, de importante valor histórico, é levada ao conhecimento do público. Inicialmente já deveríamos estranhar a divulgação de uma documentação que por ordens superiores deveria ser destruída. Partindo de um profundo estranhamento quanto ao conteúdo e a apresentação dessas fontes decidimos buscar esse "manual" da organização. Para ter acesso aos documentos recorremos diretamente à jornalista que sem maiores questionamentos e de forma muito solicita nos encaminhou um CD contendo alguns trechos dos papeis.

Nossa pesquisa chegou à conclusão de que tais documentos realmente foram gerados na primeira metade dos anos 1960. Referências a ele já foram noticiadas no período imediatamente posterior a deflagração do Golpe de Estado, indicando, inclusive, o teor programático que iremos discutir.

Inicialmente o documento apresenta uma retórica que o aproxima da cartilha produzida pelos líderes nacionais dos Grupos e divulgada em nível nacional.

> A ideia de formação organização do povo em Comandos Nacionalistas (CN) ou em Grupos de onze (Gr-11), está amplamente vitoriosa. Milhões e milhões de patriotas integram os Comandos Nacionalistas formados em todo o território pátrio: a palavra de ordem, "organizados venceremos" penetrou na consciência de todos os nacionalistas brasileiros.
> Muitos companheiros, organizados estão solicitando tarefas para ação imediata, mas o nosso principal trabalho nesta fase é o de organização e de esclarecimento. Precisamos esclarecer cada vez mais o povo brasileiro, para conquistá-lo para nossa luta, precisamos cada vez mais e mais organizar o povo esclarecido e decidido a participar de nossa luta. (ANEXO I, p. 1A)

A partir daí, supostamente produzida com o intuito de esclarecer os grupos já formados das ações a serem praticadas adiante, o manual segue aprofundando seus ditames sobre a atuação dos grupos e enraizando ainda mais a nossa estranheza quando começa a atribuir um tom extremante formal para a "organização" que, como estamos mostrando, surgiu das mais diferentes formas, sem atingir uma organização central. Em determinado momento o texto ordena que tomadas todas as decisões iniciais os grupos deveriam "proceder a leitura solene com todos os onze companheiros de pé, momento que significará a tomada de compromisso dos integrantes do grupo, do texto da Ata e da Carta-Testamento do Presidente Getúlio Vargas".

As normas definidas pelo manual continuam a sua radicalização aproximando-se de setores da extrema esquerda e assumindo-se como tal. Agora os Grupos dos Onze teriam por finalidade "servir como instrumento principal e vanguarda avançada do Movimento Revolucionário", utilizando como referencia principal a "Guarda Vermelha da Revolução Socialista de 1917 na União Soviética". No item 3.4 o manual indica como será deflagrada a "ação preliminar".

> Nesse mesmo dia, os camponeses, dirigidos por nossos Companheiros virão destruindo e queimando as plantações, engenhos, celeiros, depósitos de cereais e armazéns gerais, convergindo para as sedes de seus respectivos povoados, fazendas, vilas e distritos onde reunir-se-ão aos G11 alí em atuação.

Já nos centros urbanos, os Grupos deveriam incitar a opinião pública, porém, para o sucesso dessa operação, seria importante "atrair o maior número de mulheres e crianças para frente da massa popular", pois, dessa forma, os Grupos dos Onze estariam protegidos da "ação policial-militar". (ANEXO I, p. 3)

Porém, em caso de fracasso, a operação deveria ser conduzida por "alguns companheiros de extrema confiança", pois, segundo o item 8.5, "os reféns deverão ser sumaria e imediatamente fuzilados, a fim de que não

denunciem seus aprisionadores e não lutem, posteriormente, para sua condenação e destruição." (ANEXO I, p.4.)

Em julho de 1964 já podemos ver referencias ao documento nos jornais catarinenses, que através de fontes militares identificavam os Grupos dos Onze e o então deputado Leonel de Moura Brizola como "comunistas" da "linha chinesa". (A GAZETA, 29/07/1964) Dessa forma, como concluiu o periódico catarinense, a descoberta "constitui a melhor prova de que, sem a enérgica reação do povo brasileiro nas praças públicas, a decisiva intervenção das forças armadas em fins de março, hoje o Brasil seria mais uma colônia dos impérios comunistas, como Cuba ou o Vietnã do Norte." Já em meados de 1965 o comandante da 5ª Auditoria da Justiça Militar, responsável pelos processos relativos aos Grupos dos Onze que estudamos, avisou que a descoberta tratava-se "de um documento concitando a luta patricida, a guerrilha, o terrorismo e a desordem" e, segundo nota na imprensa catarinense, "a promotoria decidiu que o documento será anexado a denuncia contra os integrantes dos chamados 'Grupos dos 11'." (A NAÇÃO, 14/05/1965).

Não há menções a tal documentação nos processos dos grupos barriga-verdes. Todos os envolvidos foram absolvidos com a alegação de que os acusados haviam participado inocentemente do movimento, defendendo apenas um progresso social para suas famílias. Porém, o que fica claro é que o documento serviu para legitimar perante a opinião pública muitos dos atos que estavam sendo praticados nas ruas, nos bares, nas esquinas, nas praças e em suas residências.

Marc Bloch, discutindo sobre depoimentos falsos ou falaciosos e a crítica às fontes, nos alerta que mesmo documentos oficiais que avaliamos bem preparados podem ser considerados falsos. Segundo o medievalista francês, é indispensável que o erudito critique suas afirmações e, caso constate o embuste, rastreie seus motivos de existência, afinal uma mentira enquanto tal é, também, ao seu modo, um testemunho, pois informa sobre as conjunturas que a inspiraram (BLOCH, 2001, p. 98).

O plantio de documentação que motivasse ou legitimasse movimentos conservadores também não é novidade na política brasileira. O golpe do Estado Novo de 1937 é especialmente elucidativo se apresentado como uma comparação com nossa discussão. O golpe de 1937 foi deflagrado legitimado por um pretenso plano judaico-comunista que, a princípio, teria sido produzido pelo chefe do Comintern, o húngaro, Bela Kun (SILVA, 1980, p. 142).

> Apresentando detalhadamente massacres horrendos, incêndios, roubos, confiscos sumário e violento de propriedades. privadas, destruição de Igrejas, dissolução de famílias e violação à integridade pessoal dos cidadãos. Enfim, o texto transparece ter sido elaborado por alguém extremamente dominado pela fantasia, o

> que sem dúvida nenhuma contribuiu decisivamente para desarmar qualquer reação ao golpe (MEZZAROBA, 1992, p.93).

Qualquer similaridade do Plano Cohen com o "manual" dos Grupos dos Onze não pode ser considerado apenas uma coincidência. Anos depois se revelou a falsidade do documento. As principais teses de montagem do Plano Cohen colocam o então capitão Olympio Mourão Filho como o idealizador do documento. Em 1964, já como general, Mourão Filho iniciou o Golpe Civil Militar, chefiou o Superior Tribunal Militar comandando os IPM's e, como vimos, foi um dos "astros" da Marcha pela Família com Deus pela Liberdade em Florianópolis no início de abril daquele ano.

As informações contidas no documento dizem respeito a um grupo imaginado, e o manual liga toda a organização - se assim podemos classificar os Grupos dos Onze - a grupos de extrema esquerda. O dito manual orna os grupos de mitos atribuídos a facções da esquerda como o ainda costumeiro hábito de atribuir a certos movimentos sociais de esquerda de adotarem estratégias de defesa tais como utilizar escudos humanos formados por mulheres e crianças em conflitos com as forças policiais. Uma simples pesquisa mostra como o mito é difundido pela opinião pública e imputado aos mais variados movimentos como o Movimento dos Sem Terra ou até mesmo os movimentos indígenas.[7]

Boa parte das ações propostas pelo "manual" dos Grupos dos Onze articulava justamente com os maiores medos da sociedade brasileira do período, principalmente em relação à retórica anticomunista que como vimos nos capítulos anteriores estava no ápice. A relação dos grupos com os comunistas, apesar de na base dos grupos até existir em certa medida, era utilizada como forma de demonstrar como as ações civis e militares que efetuaram o movimento militar de abril de 1964 foram inevitáveis. Assim como no Caso Cohen, em 1937, o anticomunismo como chave para golpes de Estado pode servir para compreendermos a produção do "Manual dos Grupos dos Onze" e sua entrega para a redação de um jornal no Rio de Janeiro. Dessa forma, o medo do comunismo e a produção de "provas" que legitimasse o movimento revolucionário são lutas que compõem a guerra de memória sobre o período.

A força dessa legitimação foi tamanha que invadiu a retórica de muitos dos que participaram dos grupos. Aliatar, por exemplo, em seu depoimento colocou que "nosso Grupo dos Onze não era comunista, mas sabe como são os comunistas, eles podiam estar nos enganando para depois nos usar". (SILVA, Aliatar. Entrevista concedida ao autor no dia 10/04/2009.) Como podemos perceber, muitos dos pertencentes aos grupos passaram a

[7] Ver matérias e comentários disponíveis em: <http://www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=202155>. < http://voce.estadao.com.br/ottogluck,7>. < http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/comentarios/reforma_agraria_all-22.shtml>.Acesso em: 27 mai. 2011.

corroborar com as teses montadas posteriormente, redefinindo sua própria atuação no movimento.

As lutas pela memória nunca estão definidas. Os Grupos dos Onze são objeto, desde o Golpe Militar, de batalhas incessantes por uma justificativa que transformasse o Golpe civil militar de 1964 em uma contrarrevolução. Esta, por sua vez, representaria uma ruptura completa no rumo da frágil democracia constitucional brasileira que, naquele momento necessitara de uma "mão forte" que guiasse o país para um "futuro seguro e promissor" primando por algumas diretrizes básicas que cimentariam o edifício da "Revolução". Era com elas que o Brasil deveria caminhar, de acordo com os apologistas da ditadura, durante os vinte anos que se seguiriam, com "liberdade", "independência" e "desenvolvimento".

Referências

BALDISSERA, Marli de Almeida. **Onde estão os Grupos de Onze**: os Comandos Nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS. Passo Fundo: EPF Editora, 2005.

BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle epoque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FALCÃO, Armando. **Tudo a declarar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FRANCO JUNIOR, Hilário. **A Dança dos deuses***:* futebol, cultura, sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do futebol**: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários:** nos tempos da imprensa alternativa. 2. Ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LEITE FILHO, Francisco das Chagas. **El Caudillo**: Leonel Brizola, um perfil biográfico. São Paulo: Aquariana, 2008.

MEZZAROBA, Orides. Plano Cohen: A Consolidação do Anticomunismo no Brasil. **Revista Sequência**: Florianópolis, n.24, p. 92-101, 1992.

MIGUEL, Salim. **Primeiro de abril:** narrativas da cadeia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MORAES, Denis. **A Esquerda e o Golpe de 64**: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Domingos do Brasil: futebol, raça e nacionalidade na trajetória de um herói do Estado Novo. **Locus:** Revista de História, Juiz de Fora , v.13, n.2 , p. 193-214, jul. 2007.

SILVA, Hélio. **A Ameaça Vermelha**: o Plano Cohen. Porto Alegre: L & PM, 1980.

SIQUEIRA, Uassyr. Trabalhadores Paulistanos: Os associados e as "vítimas da pinga". **Revista de História Social**, Campinas, v.13, n. 14/15, p. 101-119, 2008.

TAVAREZ, Mariza. **Memória 1964 - O dossiê do braço armado de Brizola**. Disponível em: < http://cbn.globoradio.globo.com/hotsites/grupo-dos-onze/GRUPO-DOS-ONZE.htm>. Acesso em: 27 mai. 2011.

TEDESCO, João Carlos. **Nas Cercanias da Memória**: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: UFP; Caxias do Sul: Educs, 2004.

THOMPSON, Paul Richard. **A voz do passado**: historia oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Artigo recebido em 13/06/2012, aceito para publicação em 02/11/2012